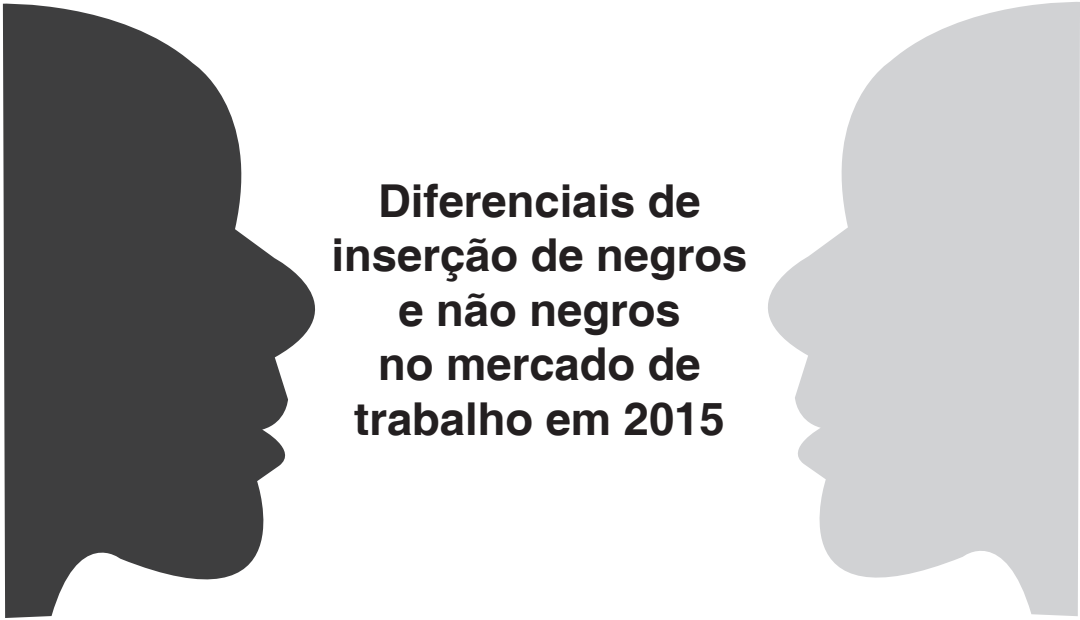


Novembro 2016

OS NEGROS NO MERCADO DE TRABALHO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO



**Diferenciais de
inserção de negros
e não negros
no mercado de
trabalho em 2015**

Dia Nacional da Consciência Negra

As informações da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de São Paulo podem ser desagregadas por segmentos populacionais, o que possibilita um olhar mais atento a diferentes grupos sociais. Em alusão ao Dia Nacional da Consciência Negra, a Fundação Seade e o Dieese vêm realizando anualmente estudos sobre a inserção dos negros¹ no mercado de trabalho, no intuito de acompanhar as mudanças e as permanências das desigualdades entre negros e não negros.²

Apesar de representarem cerca de um terço da população paulista (34,6%, segundo o Censo Demográfico 2010), os negros possuem um legado histórico de discriminação que se reflete em uma inserção no mercado de trabalho pior do que a dos não negros. Este estudo pretende colaborar para a identificação de alguns desses aspectos na Região Metropolitana de São Paulo – RMSP e a formulação de políticas públicas que possam contribuir para a redução dessas diferenças.

O último ciclo de crescimento econômico, embora não tenha sido suficiente para reparar as desigualdades históricas, tornou possível, juntamente com algumas ações afirmativas, reduzir os diferenciais de raça/cor, como mostram vários estudos produzidos tanto pela Fundação Seade e Dieese, como por outras instituições que se debruçaram sobre o tema.³

No entanto, a recente crise econômica interrompeu alguns desses avanços, como a redução da diferença entre as taxas de desemprego total de negros e não negros, que, em 2014, chegava a 1,9 ponto porcentual – a menor desde o início da pesquisa em 1985 –, mas em 2015 ampliou-se para 2,9 pontos porcentuais, como resultado do aumento menor da taxa de desemprego, no período em análise, para os não negros (de 10,1% para 12,0%), em comparação ao dos negros (de 12,0% para 14,9%).

Embora a participação de negros no total de ocupados tenha se ampliado de 37,9%, em 2014, para 40,0%, em 2015, cresceu com mais intensidade sua participação no total de desempregados (de 42,6%

1. O segmento de negros é composto por pretos e pardos e o de não negros, por brancos e amarelos.

2. Outros estudos disponíveis em: <<http://www.seade.gov.br/produtos/ipnmt/?regiao=rmsp>>.

3. Ver, entre outros, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea <www.ipea.gov.br/portal/>, Organização Internacional do Trabalho – OIT <www.oitbrasil.org.br/> e Centro de Estudos da Metrópole – CEM <www.fflch.usp.br/centrodametropole/>.

para 46,3%). Em contraposição, o rendimento médio real por hora dos negros diminuiu 2,2%, nesse período, e o dos não negros decresceu 8,0%, fazendo com que o rendimento médio por hora dos negros (R\$ 9,39) passasse a corresponder a 67,7% daquele recebido por não negros (R\$ 13,88), porcentagem que era de 63,7% em 2014 e que chegou a equivaler a 54,6%, em 2002.

Mercado de trabalho

Na Região Metropolitana de São Paulo os negros representavam, em 2015, 39,6% da População em Idade Ativa – PIA e uma proporção ligeiramente maior na composição da População Economicamente Ativa – PEA⁴ (40,8%) (Tabela 1 do Anexo Estatístico). Já a parcela de desempregados negros (46,3%) era bem superior, caracterizando uma sobrerrepresentação no total de desempregados, situação que se acentuou no ano em análise, pois cresceu de forma mais intensa do que em anos anteriores.

A taxa de participação – definida como a proporção da PEA em relação à PIA –, que tradicionalmente é maior entre os negros, aumentou sua diferença entre 2014 e 2015, uma vez que cresceu entre os negros (de 63,1% para 64,5%) e diminuiu para os não negros (de 62,0% para 61,4%).

Desemprego

As taxas de desemprego dos negros são sempre maiores do que as dos não negros. O mesmo ocorre para suas duas componentes, as taxas de desemprego aberto e oculto.

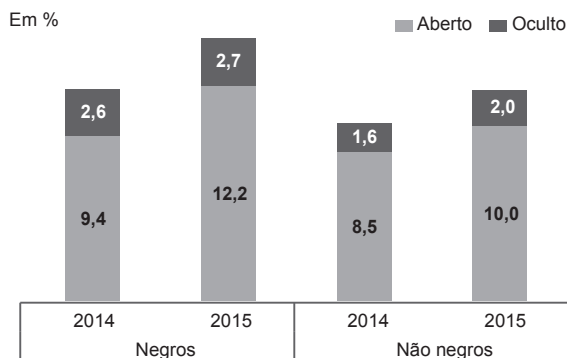
No período 2014-2015, a taxa de desemprego total ampliou-se para não negros (de 10,1% para 12,0%) e negros (de 12,0% para 14,9%) (Gráfico 1), fazendo com que a diferença entre suas respectivas taxas aumentasse de 1,9 para 2,9 pontos percentuais, interrompendo o movimento de aproximação observado ao longo dos últimos anos (em 2002, por exemplo, a diferença chegou a 7,2 pontos percentuais).

O aumento da taxa de desemprego, entre 2014 e 2015, ocorreu para todos os segmentos de sexo e raça/cor, embora mais fortemente entre as mulheres negras (de 13,3% para 16,3%) (Tabela 3 do Anexo Estatístico).

4. A PEA é composta pelo conjunto de ocupados e desempregados.

Gráfico 1

Taxas de desemprego, por raça/cor, segundo tipo
Região Metropolitana de São Paulo – 2014-2015



Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão. Convênio Seade–Dieese e MTPS/FAT.

Nota: A taxa de desemprego total é composta pela soma das taxas de desemprego aberto e oculto.

Ocupação

A proporção de ocupados negros no mercado de trabalho da RMSP cresceu 2,1 pontos porcentuais, entre 2014 e 2015, movimento registrado tanto para as mulheres (1,0 p.p.), como para os homens negros (1,1 p.p.). No último ano, 40,0% dos ocupados eram negros, sendo 18,4% mulheres e 21,6% homens (Tabela 1 do Anexo Estatístico).

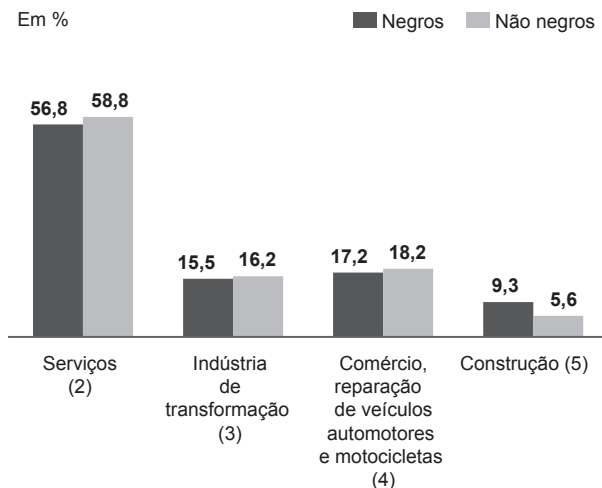
Os diferenciais de inserção no mercado de trabalho entre negros e não negros podem ser mais bem identificados quando se observa a composição da ocupação nos principais setores de atividade econômica (Gráfico 2).

O setor de Serviços abrigava, em 2015, 56,8% do total de ocupados negros e 58,8% de não negros (Tabela 4 do Anexo Estatístico). Na Indústria, a participação de negros também era menor (15,5%) do que a de não negros (16,2%), assim como no Comércio (17,2% e 18,2%, respectivamente). Já na Construção, os negros mostram representatividade maior (9,3%) do que a dos não negros (5,6%).

Vale ressaltar que, em relação a 2014, as diferenças entre negros e não negros aumentaram em todos os setores, exceto nos Serviços, onde diminuiu.

Gráfico 2

Distribuição dos ocupados (1), por setor de atividade, segundo raça/cor
Região Metropolitana de São Paulo – 2015



Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão. Convênio Seade–Dieese e MTPS/FAT.

(1) No total estão incluídos agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (Seção A); indústrias extrativas (Seção B); eletricidade e gás (Seção D); água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação (Seção E); organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais (Seção U); atividades mal definidas (Seção V). As seções mencionadas referem-se à CNAE 2.0 domiciliar. (2) Seções H a T da CNAE 2.0 domiciliar. (3) Seção C da CNAE 2.0 domiciliar. (4) Seção G da CNAE 2.0 domiciliar. (5) Seção F da CNAE 2.0 domiciliar.

Pela ótica da posição na ocupação (Tabela 5 do Anexo Estatístico), que pode ser considerada uma *proxy* da qualidade da inserção no trabalho, verifica-se que, na perspectiva de garantias trabalhistas e previdenciárias, os não negros encontravam-se, em 2015, em situação ligeiramente melhor: 63,4% e 62,3%, respectivamente, dos não negros e negros ocupados estavam inseridos em atividades regulamentadas (soma de assalariados no setor privado com carteira de trabalho assinada e no setor público). Isso ocorre porque, no âmbito do assalariamento privado, os negros inserem-se mais em ocupações com carteira assinada (55,7%) do que os não negros (54,4%), mas, no setor público, os primeiros têm participação menor (6,6% contra 9,0% dos não negros).

Ao se considerarem aquelas ocupações não regulamentadas e cujos rendimentos geralmente são menores, em 2015, os negros estavam mais representados do que os não negros: respectivamente, 8,7% e 4,7% eram empregados domésticos; 16,5% e 15,4% eram trabalhadores autônomos; e 8,3% e 7,6% eram assalariados sem carteira de trabalho assinada no setor privado (Tabela 1).

A distância observada entre as parcelas de negros e não negros assalariados no setor público tem origem, possivelmente, na constatação de que cerca de metade desses ocupados possui nível de escolaridade superior. Essa característica, associada ao fato de o ingresso no setor público ocorrer principalmente por meio de concurso, permite inferir que a sub-representação de negros nesse segmento deve-se muito mais às suas históricas dificuldades de acesso aos níveis mais elevados de ensino do que a eventuais ações discriminatórias das quais possam ser vítimas no momento da contratação (em 2015, 9,2% da população negra economicamente ativa e 24,3% da não negra possuíam ensino superior completo).

Explicação semelhante pode ser adotada para a pequena parcela de negros (4,1%), em comparação com a de não negros (9,0%), no agregado demais posições – que reúne empregadores, profissionais universitários autônomos e donos de negócios familiar, entre outros. Nesse caso, dispor de

Tabela 1

Distribuição dos ocupados, por raça/cor, segundo posição na ocupação
Região Metropolitana de São Paulo – 2015

Posição na Ocupação	Em porcentagem		
	Total	Negros	Não negros
Total	100,0	100,0	100,0
Assalariados (1)	70,9	70,7	71,0
Setor privado	62,8	64,0	62,0
Com carteira	54,9	55,7	54,4
Sem carteira	7,9	8,3	7,6
Setor público	8,1	6,6	9,0
Autônomos	15,8	16,5	15,4
Empregados domésticos	6,3	8,7	4,7
Demais posições (2)	7,0	4,1	9,0

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão. Convênio Seade – Dieese e MTPS/FAT.

(1) Incluem os assalariados que não sabem a qual setor pertencem. (2) Incluem empregadores, profissionais universitários autônomos, donos de negócio familiar, etc.

riqueza acumulada que permita montar um negócio, combinado ou não com nível superior de escolaridade, provavelmente é fator que explica a exclusão de grande parte dos negros. Em outras palavras, a persistência de elementos históricos, mais do que outros fatores, justifica a desigualdade presente.

Já o trabalho doméstico, cuja parcela de negros é maior do que a de não negros, compõe-se de ocupações cujos requisitos de qualificação profissional dependem menos da formação escolar do que da experiência de trabalho. Estudos recentes da Fundação Seade e do Dieese, com base nos dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED na RMSP, constataram que o emprego doméstico tem sido exercido, predominantemente, por mulheres negras, mais velhas e com baixo nível de escolaridade.⁵

Rendimentos do trabalho

As informações sobre os rendimentos do trabalho de negros e não negros na RMSP, em 2015, demonstram a permanência de desigualdades há muito tempo identificadas no mercado de trabalho.

As razões mais evidentes dessa situação, em que o rendimento médio por hora⁶ dos negros (R\$ 9,39) representava 67,7% daquele referente aos não negros (R\$ 13,88), em 2015 (Tabela 2), residem nas diferentes estruturas ocupacionais em que esses segmentos estão inseridos, conforme anteriormente descritas. A retração, entre 2014 e 2015, do rendimento por hora dos não negros (-8,0%), mais intensa do que a ocorrida entre os negros (-2,2%), resultou na redução da distância entre os dois valores, já que em 2014 o rendimento médio por hora dos negros correspondia a 63,7% daquele dos não negros.

Essa redução mais forte dos rendimentos médios dos não negros, diminuindo a diferença dos valores em comparação com os dos negros, foi praticamente generalizada nos setores analisados. Nos Serviços, os negros recebiam, em 2015, 63,7% dos rendimentos por hora dos não negros, relação melhor do que a de 2014, quando esse percentual era de 59,1%. Na Indústria, os negros recebiam o equivalente a 70,1% do rendimento médio por hora dos não negros, mesma proporção do ano anterior. No Comércio, essa relação au-

5. Para mais informações ver: <<http://www.seade.gov.br/produtos/mulher-e-trabalho/?tema=emprego-domestico>>.

6. Os dados de rendimentos são analisados por hora com o objetivo de eliminar problemas de comparação devido a diferenciais de jornada de trabalho entre negros e não negros, homens e mulheres, nos setores de atividade e em grupos de ocupações.

Tabela 2

Rendimento médio real por hora (1) dos ocupados (2) no trabalho principal,
por raça/cor, segundo setor de atividade econômica
Região Metropolitana de São Paulo – 2014-2015

Em reais de julho de 2016

Setor de atividade	Total	Negros	Não negros
2014			
Total (3)	12,89	9,60	15,08
Indústria de transformação (4)	13,05	10,36	14,78
Construção (5)	12,65	10,96	14,30
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas (6)	10,03	7,98	11,38
Serviços (7)	13,80	9,69	16,40
2015			
Total (3)	11,97	9,39	13,88
Indústria de transformação (4)	12,49	10,00	14,27
Construção (5)	11,70	10,50	13,13
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas (6)	9,02	7,67	9,97
Serviços (7)	12,81	9,61	15,10

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão. Convênio Seade–Dieese e MTPS/FAT.

(1) Inflator utilizado: ICV-Dieese. (2) Excluídos os assalariados e os empregados domésticos mensalistas que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os empregados que receberam exclusivamente em espécie ou benefício. (3) Inclui agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (Seção A); indústrias extrativas (Seção B); eletricidade e gás (Seção D); água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação (Seção E); organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais (Seção U); atividades mal definidas (Seção V). As seções mencionadas referem-se à CNAE 2.0 domiciliar. (4) Seção C da CNAE 2.0 domiciliar. (5) Seção F da CNAE 2.0 domiciliar. (6) Seção G da CNAE 2.0 domiciliar. (7) Seções H a T da CNAE 2.0 domiciliar.

mentou de 70,2% para 76,9% e, na Construção, ampliou-se de 76,7% para 79,9%, no mesmo período.

Portanto, é nos Serviços que se verifica a maior desigualdade de rendimentos por raça/cor, enquanto a menor ocorre na Construção, segmento com maior participação de negros e que vinha mostrando forte valorização dos rendimentos pagos nos últimos anos e, desde 2012, é o setor com o rendimento médio mais elevado entre os negros.

Tabela 3

Rendimento médio real por hora (1) dos ocupados (2) no trabalho principal,
por raça/cor, segundo posição na ocupação
Região Metropolitana de São Paulo – 2014-2015

Em reais de julho de 2016

Posição na ocupação	Total	Negros	Não negros
2014			
Total	12,89	9,60	15,08
Assalariados (3)	12,75	9,67	14,78
Setor privado	11,83	9,15	13,66
Com carteira	12,13	9,37	14,01
Sem carteira	9,68	7,57	11,13
Setor público	21,20	15,74	23,76
Autônomos	11,10	8,98	12,64
Empregados domésticos	8,26	8,31	8,19
Demais posições (4)	25,15	(5)	28,14
2015			
Total	11,97	9,39	13,88
Assalariados (3)	11,97	9,43	13,85
Setor privado	11,04	8,86	12,71
Com carteira	11,26	9,04	12,95
Sem carteira	9,34	7,48	10,82
Setor público	20,53	16,02	22,99
Autônomos	10,10	8,85	11,07
Empregados domésticos	8,45	8,38	8,53
Demais posições (4)	22,13	(5)	24,49

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão. Convênio Seade–Dieese e MTPS/FAT.

(1) Inflator utilizado: ICV-Dieese. (2) Excluídos os assalariados e os empregados domésticos mensalistas que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os empregados que receberam exclusivamente em espécie ou benefício. (3) Incluem os assalariados que não sabem a qual setor pertencem. (4) Incluem empregadores, profissionais universitários autônomos, donos de negócio familiar, etc. (5) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

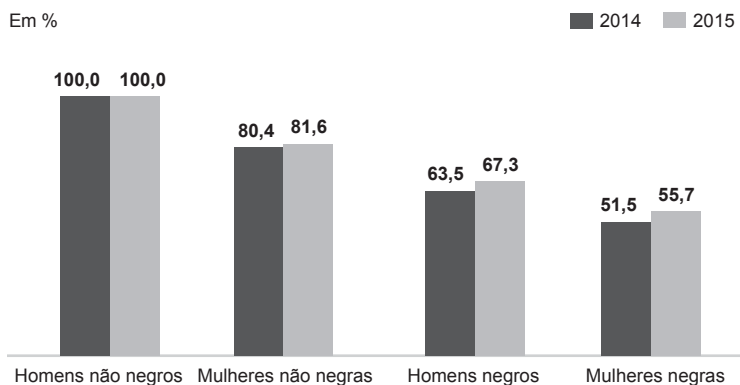
A mesma lógica em que, geralmente, os diferenciais de rendimentos são maiores em situações com menor participação de negros também é percebida na análise por posição na ocupação (Tabela 3). Assim, em 2015, o rendimento médio por hora pago aos negros, no setor público, equivalia a 69,7% ao dos não negros, enquanto entre os autônomos representava 79,9% e, para os trabalhadores domésticos, era quase equivalente (98,2%). Note-se que, em relação a 2014, essa porcentagem aumentou nas duas primeiras posições ocupacionais e diminuiu na última.

No setor privado, os negros com carteira assinada recebiam 69,8% do rendimento médio por hora dos não negros e os sem carteira auferiam 69,1% (em 2014, essas proporções eram de 66,9% e 68,1%, respectivamente).

Os diferenciais de rendimentos por raça/cor associados àqueles referentes ao sexo são reveladores das persistentes desigualdades no mercado de trabalho da região. Mesmo com a melhora observada entre 2014 e 2015, os rendimentos médios por hora das mulheres negras ainda equivaliam a pouco mais da metade daqueles auferidos por homens não negros (Gráfico 3).

Gráfico 3

Proporção dos rendimentos médios reais por hora (1) dos ocupados (2), por raça/cor e sexo, em relação aos rendimentos médios reais por hora dos homens não negros
Região Metropolitana de São Paulo – 2014-2015



Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão. Convênio Seade–Dieese e MTPS/FAT.

(1) Inflator utilizado: ICV-Dieese. (2) Excluídos os assalariados e os empregados domésticos mensalistas que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os empregados que receberam exclusivamente em espécie ou benefício.

Desemprego dos jovens

Os jovens,⁷ de modo geral, e os jovens negros, em especial, apresentam taxas de desemprego que costumam ser mais do que o dobro daquelas observadas para outras faixas etárias. Essas altas taxas para os jovens ocorrem em outras regiões do Brasil e fora do país, devido às dificuldades clássicas relacionadas à falta de experiência, dificuldade de conciliação entre trabalho e estudos, necessidade em testar habilidades e preferências em diferentes estabelecimentos e funções, etc.

Como mencionado anteriormente, entre 2014 e 2015, a taxa de desemprego total aumentou para todos os segmentos de raça/cor, inclusive por faixas etárias, mas foram os jovens os mais afetados, com elevações de 5,8 pontos percentuais para negros e de 4,6 p.p. para os não negros.

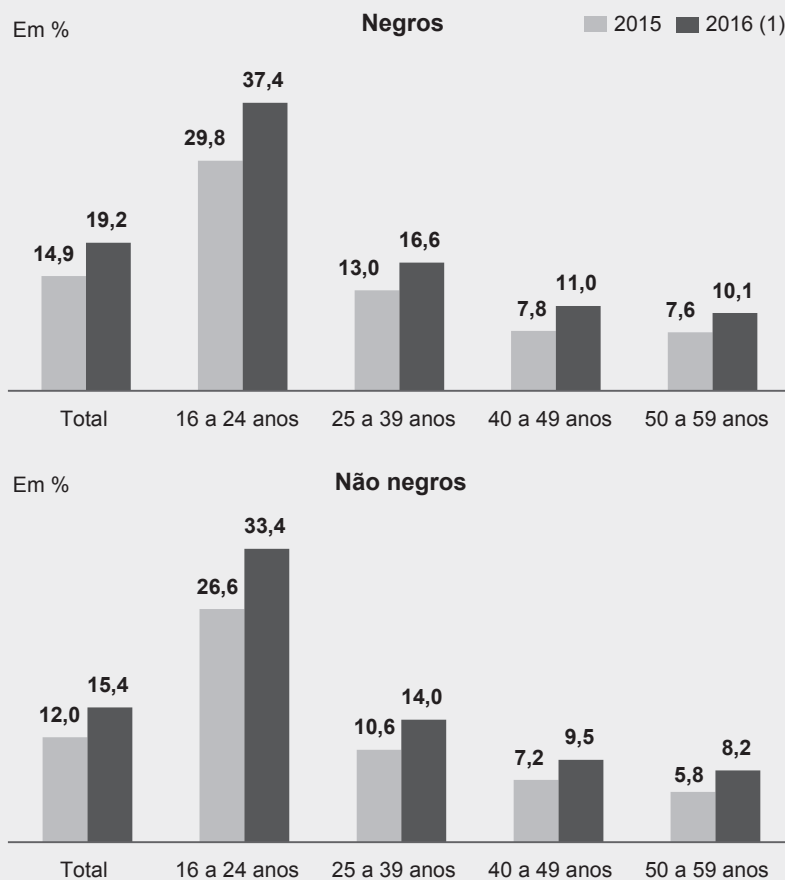
Esse segmento é, certamente, mais sensível à crise econômica. Isso pode ser confirmado com os dados disponíveis para 2016 (janeiro a agosto), período em que a taxa dos jovens também apresentou o maior crescimento entre as faixas etárias analisadas, na comparação com 2015, e com intensidade ainda maior do que a do período anterior (7,5 p.p. entre os negros e 6,9 p.p. entre os não negros), chegando a taxas de 37,4% e 33,4%, respectivamente, conforme o Gráfico 4. O comportamento adverso desse indicador entre os jovens encobre o desempenho ainda pior para as mulheres nessa faixa etária e, principalmente, para as jovens negras, cuja taxa passou de 33,0%, em 2015, para 41,6% nesse último período (Tabela 14 do Anexo Estatístico).

Do total de jovens, pequena parte tem maior responsabilidade na contribuição com o rendimento familiar, a se julgar pela reduzida parcela dos que ocupam posição de cônjuge ou chefe no domicílio em que residem. A maior parte deles, portanto, se posiciona como filho em seu domicílio e apresenta taxas de desemprego equivalentes a 32,3%, entre os negros, e 27,4%, entre os não negros, de janeiro a agosto de 2016 (Tabela 13 do Anexo Estatístico).

7. A Emenda Constitucional nº 67, de julho de 2010, define como jovens aqueles com idade de 15 a 29 anos. No entanto, vários estudos realizados no Brasil e os da Fundação Seade e Dieese mostram que pessoas de 25 a 29 anos têm uma situação no mercado de trabalho bem distinta à das faixas anteriores. Além disso, a idade mínima legal para o trabalho remunerado é 16 anos, salvo o adolescente a partir de 14 anos contratado como aprendiz. Nesse sentido, no presente estudo foram considerados jovens aqueles na faixa etária de 16 a 24 anos. Os estudos da Fundação Seade sobre jovens podem ser acessados em: <<http://www.seade.gov.br/produtos/boletim-30anos/jovens-escolaridade-e-mercado-de-trabalho-na-regiao-metropolitana-de-sao-paulo/>> e <<http://www.seade.gov.br/produtos/estudos-pedabc/>>.

Gráfico 4

Taxas de desemprego, por raça/cor, segundo faixa etária
Região Metropolitana de São Paulo – 2015-2016 (1)



Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão. Convênio Seade–Dieese e MTPS/FAT.

(1) Janeiro a agosto de 2016.

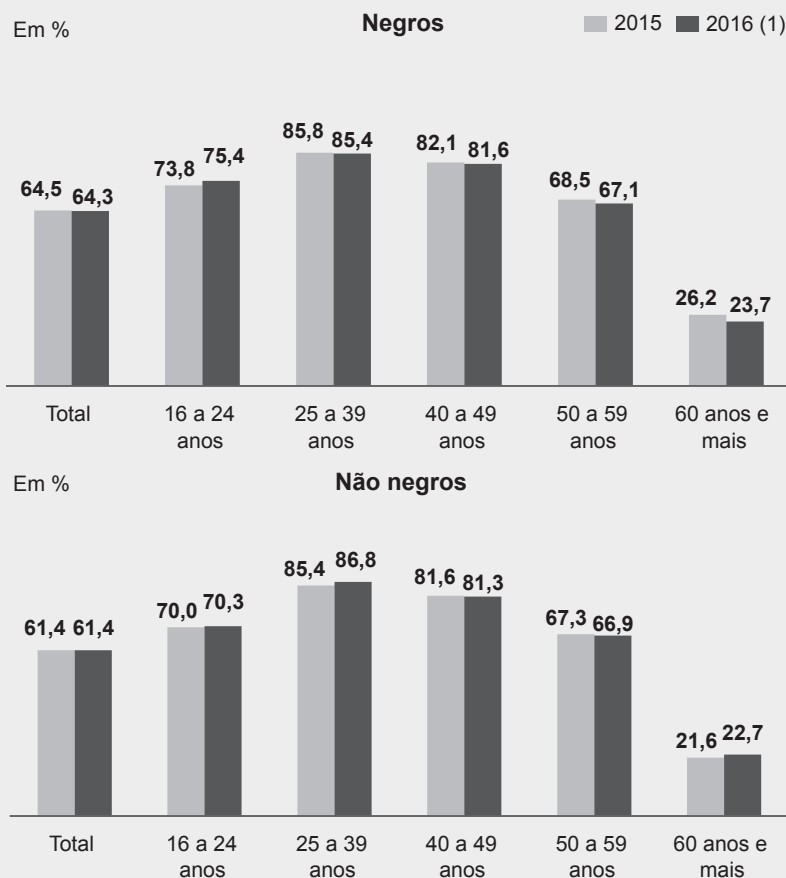
No que se refere à taxa de participação,⁸ no período analisado, houve crescimento para os jovens negros (de 73,8% para 75,4%) e pequena variação para os não negros (de 70,0% para 70,3%) (Gráfico 5). Esses movimentos

8. Indicador da proporção de pessoas incorporadas ao mercado de trabalho como ocupadas ou desempregadas.

se diferenciam dos demais segmentos etários nos dois grupos de raça/cor. Entre os negros, houve saída do mercado de trabalho, exceto para os jovens, de maneira que a taxa de participação total de negros passou de 64,5% para 64,3%. Já entre os não negros, parte deles aumentou sua participação no mercado de trabalho e parte mostrou pequenas oscilações negativas, combi-

Gráfico 5

Taxas de participação, por raça/cor, segundo faixa etária
Região Metropolitana de São Paulo – 2015-2016 (1)



Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão. Convênio Seade-Dieese e MTPS/FAT.

(1) Janeiro a agosto de 2016.

nação que fez com que a taxa de participação total de não negros permanecesse inalterada em 61,4%.

A força de trabalho negra e a não negra mostraram pouca ou nenhuma alteração nesse período em que não há crescimento econômico, possivelmente sem estímulo perante as condições atuais do mercado. Mas, entre os jovens, os negros têm pressionado sua entrada no mercado de trabalho, movimento que ajuda a explicar o aumento mais intenso de sua taxa de desemprego, enquanto os jovens não negros vêm pressionando menos e tiveram elevação um pouco menor da sua taxa de desemprego. A maior semelhança entre ambos, no período recente, parece estar na prolongada falta de oportunidades de trabalho.

É certo que o número de ofertas de trabalho amplia-se em momentos de crescimento da atividade econômica, o que torna a disputa por uma vaga bem mais acirrada em situações adversas, como a atual. As chances melhoram e são positivamente condicionadas pelos estudos e, embora os níveis de escolaridade tenham aumentado nos últimos anos, a defasagem dos negros, em relação aos não negros, ainda permanece. Em 2015, 47,9% de jovens negros e 57,3% de jovens não negros haviam concluído o ensino médio e 2,4% e 6,1%, respectivamente, o ensino superior.

Considerações finais

O mercado de trabalho, entre 2014 e 2015, reflete a crise econômica pela piora de vários indicadores. Para os negros, esse desempenho desfavorável é observado no aumento da taxa de desemprego, mais intenso do que o dos não negros, fazendo com que a distância entre os dois segmentos voltasse a se alargar.

A inserção de negros em ocupações com menor acesso aos direitos trabalhistas e previdenciários (assalariamento sem carteira de trabalho assinada, trabalho autônomo e doméstico) continua sendo maior do que entre os não negros. Esse fato, combinado à sua menor presença em segmentos econômicos dependentes de uma mão de obra mais especializada, ajuda a explicar os menores rendimentos recebidos.

Apenas com longos períodos de crescimento econômico em conjunto com ações de políticas afirmativas, especialmente as voltadas à educação, é possível diminuir as desigualdades no mercado de trabalho e melhorar as

oportunidades de inserção para a população negra. O que se depreende das informações apresentadas, no entanto, é que o ritmo de melhora é muito mais lento comparado à rápida resposta negativa do mercado de trabalho em períodos de crise econômica.

No período recente, os jovens – negros em especial –, que já mostravam as mais altas taxas de desemprego, têm experimentado, também, os maiores aumentos desse indicador. Mesmo assim, sua participação no mercado de trabalho se elevou – mais pelo desemprego do que pela ocupação. Muitos desses jovens acabaram de concluir o ensino médio e buscam uma oportunidade de trabalho. Como isso se dá em um ambiente de maior vulnerabilidade, provavelmente despenderão mais tempo na busca e, ao encontrar, terão menos vantagens que seus antecessores.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Planejamento e Gestão

SEADE

Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
Av. Prof. Lineu Prestes, 913 Cidade Universitária
05508-000 São Paulo SP Fone (11) 3324.7200
www.seade.gov.br / sicseade@seade.gov.br / ouvidoria@seade.gov.br

DIEESE

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS
Rua Aurora, 957 3º andar República
01209-001 São Paulo SP Fone (11) 3821.2140
www.dieese.org.br / en@dieese.org.br

Apoio: Ministério do Trabalho e Previdência Social – MTPS. Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT.
Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho – Sert.